



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico

Militarização na América Latina e o Caribe: Estratégia contrainsurgente e dominação

Laura Herrera Pavas¹

Resumo: O trabalho apresenta algumas notas em torno da tese marxiana sobre a violência como potência econômica. O argumento principal é que os métodos violentos necessários para a imposição do modo de produção e das relações sociais capitalistas não desaparecem com o tempo, mas continuam sendo fundamentais para a reprodução ampliada do capital e sua expansão. Dessa forma, expõem-se alguns aspectos-chave em torno do surgimento dos Estados Unidos como potência imperialista e das estratégias de dominação e subordinação das quais se serve para manter sua hegemonia mundial, enfrentar a crise do capital e conter a luta de classes, referindo-nos, particularmente, a como isso ocorre na América Latina e no Caribe, especialmente desde a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: militarização; contrainsurgência; estado capitalista dependente; dominação.

Militarization in Latin America and the Caribbean: Counterinsurgent State and Domination

Abstract: The work presents some notes on the Marxian thesis regarding violence as an economic power. The main argument is that the violent methods required for the imposition of the mode of production and capitalist social relations do not disappear over time, but instead remain fundamental to the expanded reproduction of capital and its expansion. In this way, some key aspects are outlined concerning the rise of the United States as an imperialist power and the strategies of domination and subordination it employs to maintain its global hegemony, confront the crisis of capital, and contain class struggle, referring particularly to how this occurs in Latin America and the Caribbean, especially since the second half of the 20th century.

Keywords: militarization; counterinsurgency; dependent capitalist state; domination.

1. Introdução

O presente trabalho toma como ponto de partida a tese marxiana de que a violência é potência econômica, a partir da qual se explica que a violência é parte fundamental da reprodução do modo de produção capitalista. Com isso, busca-se demonstrar que os métodos utilizados desde a época da chamada acumulação originária, assim como no sistema colonial, mantêm-se ao longo do tempo e se reatualizam, pois são condição de existência da reprodução ampliada do capital.

¹Mestre em serviço social e estudante de doutorado do programa de pós-graduação em serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: laura.herrera.pavas@gmail.com.

Na fase imperialista do capital e como produto das guerras interimperialistas, os Estados Unidos emergem como potência econômica e se propõem a construir sua hegemonia mundial com base no Destino Manifesto e na Doutrina Monroe, por meio dos quais se atribuíam, desde o século XIX, a prerrogativa de apropriar-se de territórios e recursos naturais, intervir militarmente quando considerassem necessário para seus interesses e até mesmo comportar-se como polícia do mundo, caso algum país ameaçasse sua “segurança nacional”.

Assim, no Pós-Segunda Guerra Mundial e no marco da Guerra Fria, o processo de consolidação da hegemonia estadunidense serviu-se das relações de dependência e subordinação construídas frente aos países do Terceiro Mundo para assegurar sua dominação política, econômica e militar, e enfrentar as lutas de libertação nacional e os processos revolucionários que se apresentaram nesta parte do mundo. Nesse contexto, enfocaremos os anos 1960, momento em que a política externa estadunidense dirigida à América Latina e ao Caribe se robustece e exacerba seus métodos violentos para prevenir e enfrentar qualquer alteração da ordem social capitalista.

Veremos que, desde a segunda metade do século XX, a política externa estadunidense para a América Latina e o Caribe tem se baseado em uma estratégia contrainsurgente que entrelaçou a militarização das sociedades e dos territórios do nosso continente com a assistência econômica por meio da qual se busca obter legitimidade perante a população, a partir de uma perspectiva de guerra total. A partir daí, revela-se a relação existente entre violência e economia, entre as guerras que nos são impostas e a despossessão e a apropriação da riqueza natural dos nossos países, assim como entre o enfrentamento da crise do capital e a maior precarização da classe trabalhadora.

2. O papel da violência e o Estado capitalista na reprodução ampliada do capital

Ao estabelecer a relação direta e necessária entre violência e capitalismo, é possível compreender a relação social do capital e o processo por meio do qual foi possível sua imposição, centrado na separação entre o produtor e seus meios de produção e de vida, através de violentas e massivas expropriações. Nesse sentido, e seguindo os argumentos de Karl Marx, entendemos que o capital se ergue como uma relação social, pois reproduz relações sociais sem as quais não poderia existir, isto é, os capitalistas proprietários dos meios de produção e os trabalhadores “livres”, expropriados de seus

meios de produção e de vida, possuidores unicamente de sua força de trabalho, que agora, sob o regime do capital, converte-se em uma mercadoria que precisa ser vendida para assegurar a sobrevivência desses trabalhadores e a reprodução da própria força de trabalho que valoriza e/ou dinamiza o capital.

Assim, a lei geral da acumulação capitalista opera conforme existe e se mantém sua base social: trabalhadores “livres” e com a necessidade de vender sua mercadoria força de trabalho para sobreviver. A forma pela qual foram produzidos os trabalhadores “livres” foi resultado de um processo histórico no qual ocorreram massivas expropriações através de ações violentas (como a usurpação da propriedade comunal, o cercamento de terras comunais ou o clareamento das propriedades rurais) e por meio da violência extraeconômica exercida pelo Estado, mediante leis que, com maior força a partir do século XVIII, converteram-se no “veículo do roubo das terras do povo” (MARX, 2017 [1867], p. 796).

A separação do produtor de seus meios de existência ergue-se como o ponto de partida necessário para estabelecer a relação social do capital e, longe de ter sido um momento no qual prevaleceram os acordos e as resignações, as expropriações violentas foram suas protagonistas.

Os métodos de expropriação e disciplinamento dos camponeses dos quais o capital se serviu para sua expansão e acumulação foram complementados por outros “processos idílicos [que] constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (MARX, 2017 [1867], p. 821), como a formação do capital industrial, a implementação do sistema colonial por meio da conquista e saqueio de territórios não capitalistas, o extermínio dos povos indígenas americanos, o comércio internacional de pessoas escravizadas provenientes da África, as grandes fomes na Índia ou as guerras do ópio na China, as guerras comerciais europeias, o sistema de crédito público, o sistema tributário e o sistema protecionista, o roubo de crianças e a escravidão infantil. A mobilização de métodos violentos não encontrou limites quando se tratava da expansão europeia do capital e da implementação dos mecanismos necessários que permitissem elevar crescentemente a acumulação.

Em definitivo, essas bases do capitalismo assumiram a magnitude e a celeridade de que a revolução burguesa necessitava apenas através da força, pois, segundo Karl Marx, “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2017 [1867], p. 821).

Essa “força concentrada e organizada da sociedade”, que é a violência extraeconômica detida pelo Estado, será necessária para sua reprodução e expansão, assim como o foi para sua fundação. Nesse sentido, o Estado capitalista exerce uma função central, garantindo as condições da acumulação de riqueza e protegendo a propriedade privada produto do trabalho alheio, por meio da licença para usar a violência, tanto para complementar e manter a subordinação do trabalhador à lógica do capital quanto para atuar em momentos de crise ou desestabilização, produto de suas próprias contradições.

Sendo assim, a ação do Estado imperialista (PETRAS, 1980) foi fundamental para a expansão do capital, cuja violência serviu para incorporar os países colonizados ao comércio mundial a partir de uma posição específica na divisão internacional do trabalho, isto é, como produtores de matérias-primas para exportação e fornecedores de força de trabalho escravizada.

Ao final do século XIX e início do século XX, na época do imperialismo, ocorre uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho, a exportação de capitais aumenta em grande medida e o capital financeiro passa a influenciar as relações sociais capitalistas no capitalismo mundial. Nesse contexto, as economias latino-americanas e caribenhas articulam-se plenamente com a circulação do mercado mundial através de uma economia de exportação que, ao mesmo tempo em que estabelece as frágeis bases do desenvolvimento de sua própria indústria, contribui de maneira determinante para o crescimento industrial das economias centrais. Segundo Marini (2000 [1973], p. 109), é o grande capital que define o desenvolvimento da região, pois é a partir daí “que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Nesse sentido, a situação colonial cedeu lugar à situação de dependência, de modo que a relação de subordinação favoreceu o subdesenvolvimento das economias dependentes, permitindo o desenvolvimento capitalista das economias centrais. De acordo com isso, o imperialismo encontra nas relações de dependência os mecanismos para a reprodução ampliada do capital, incluindo os momentos de crise produzidos pela exacerbação de suas próprias contradições.

As novas relações que se estabelecem entre a América Latina e o Caribe e os países imperialistas expressam-se como relações ambivalentes, estabelecidas entre nações formalmente independentes, mas que se mantêm dependentes das tecnologias e dos recursos de capital das economias imperialistas. Nesse sentido, entende-se que a inserção da região no mercado mundial contribuiu para o crescimento quantitativo e qualitativo dos países centrais, o que se dará “fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador” dos países capitalistas dependentes (MARINI, 2000 [1973], p. 113). Segundo este autor, é nessa contradição que reside a dependência da região, inserida dessa forma na divisão internacional do trabalho.

3. Contrainsurgência e guerra total

Como parte da partilha colonial do mundo, em 1823 emergiu o monroísmo e, na década de 1840, a doutrina do Destino Manifesto como doutrinas geopolíticas, que, no essencial, “era una de las manifestaciones del nuevo expansionismo que Estados Unidos desplegaría en América en las décadas siguientes, construyendo un área de influencia propia, un patio trasero bajo su estricto control” (MORGENFELD, 2023, p. 34). A partir de então, durante o século XX, a política externa estadunidense e seu intervencionismo político, econômico e militar na América Latina e no Caribe se aprofundarão e suas intenções serão explícitas. As burguesias nacionais deixarão de lado a soberania dos distintos países e garantirão as condições sociais, econômicas e políticas em benefício do capital estrangeiro.

De fato, depois da Segunda Guerra Mundial e no marco da “Guerra Fria”, a nova partilha do mundo e as políticas de contenção ao comunismo e de enfrentamento à União Soviética demarcaram as relações – ainda mais agressivas e violentas – dos Estados Unidos com os demais países, e, através da criação de instituições econômicas, políticas e militares, buscaram construir sua hegemonia mundial. De acordo com

Morgenfeld (2023, p. 69), “la avanzada económica iba de la mano de un mayor control militar en todo el mundo”, isto é, a articulação da região com os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos veio acompanhada da promoção do desenvolvimento econômico através do livre comércio e do aumento dos investimentos privados estadunidenses.

A violência que acompanhou as estratégias norte-americanas se desdobrou em razão de que a “Guerra Fria” foi um período caracterizado pelas lutas de libertação nacional e pelos movimentos revolucionários que desafiavam o poder imperialista dos Estados Unidos da América a partir do Terceiro Mundo, o qual, nas palavras de Eric Hobsbawm (1998, p. 433), “formaba una zona mundial de revolución, realizada, inminente o posible”. A participação direta ou indireta dos Estados Unidos nos processos contrarrevolucionários da Ásia e da África depois da Segunda Guerra Mundial para conter a influência que a URSS pudesse exercer sobre os movimentos de libertação nacional que vinham se fortalecendo ou emergindo especialmente na década de 1950, e para ampliar sua hegemonia mundial, foi o antecedente de sua estratégia geopolítica em relação à América Latina e ao Caribe, que começavam a levar adiante processos revolucionários e de reforma agrária que ameaçavam os interesses imperialistas estadunidenses.

Nesse sentido, foi a sistematização das experiências contrarrevolucionárias e dos métodos de combate ao inimigo por parte dos militares franceses que permitiu estabelecer a guerra contrainsurgente como doutrina e prática para enfrentar os processos revolucionários. Os Estados Unidos, que já haviam acumulado experiência na guerra de contraguerrilha na Coreia e no Vietnã, retomam essa sistematização e estabelecem as bases da estratégia contrainsurgente dirigida ao Terceiro Mundo, particularmente à América Latina e ao Caribe como sua zona de influência e região de grande importância geoestratégica.

Assim, tornar-se-á conhecida a Doutrina de Segurança Nacional, a qual se constitui como o conjunto de diretrizes, estratégias e métodos que definem a política externa estadunidense de combate ao “comunismo internacional”, para a qual não apenas a doutrina militar contrainsurgente será fundamental para orientar a atuação das forças armadas dos países latino-americanos e caribenhos, mas também os programas de

assistência econômica e de promoção do desenvolvimento, pois a busca de legitimação perante a população será central na luta anticomunista liderada pelos Estados Unidos.

Isso corresponde ao que explica Ernest Mandel (1985, p. 341) quando afirma que o Estado capitalista no imperialismo apresenta mudanças em duas direções. Por um lado, há uma ampliação das funções econômicas que buscam assegurar as condições gerais de produção e, por outro, surge a necessidade de enfrentar a ascensão da luta de classes a partir dos enfrentamentos com a classe trabalhadora. O anterior constitui uma “consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio”. É, além disso, a expressão dos mecanismos de coerção e consenso com os quais o Estado deve garantir as condições adequadas para a reprodução do capital.

Nesse sentido, nos anos 1950 a região passou a ser uma preocupação central e, sob a liderança do presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961), “Washington agitaba el fantasma del comunismo en América Latina, pero con el objetivo más concreto de aplacar la potencial radicalidad de los movimientos nacionalistas que afluían en muchos países” (MORGENFELD, 2023, p. 73). Por isso, para esse propósito, pretendeu-se implementar uma estratégia que respondesse a determinadas demandas sociais e de desenvolvimento econômico que pudessem, em algum momento, impulsionar movimentos revolucionários, condicionando a assistência econômica — muitas vezes decisiva dada a depressão recorrente do capitalismo dependente — ao bom comportamento e à submissão ao anticomunismo estadunidense.

Nessa época, foi certamente o processo revolucionário cubano que representou uma maior preocupação para os Estados Unidos, que agora deveriam enfrentar o primeiro Estado socialista da América Latina e do Caribe e a possibilidade de que outros países também viessem a sê-lo. O desdobramento de métodos preventivos que já vinham sendo implementados como parte da Doutrina de Segurança Nacional experimentaria então um recrudescimento que respondeu ao perigo representado por um modelo econômico e um projeto político alternativos ao capitalismo. Essa constatação daria um novo ímpeto à doutrina norte-americana e converteria o subcontinente em cenário de violentas táticas contra as liberdades políticas, expressas em ações efetivas de

contenção, repressão e extermínio de lutadores e lutadoras sociais, assim como na generalização do terror e do medo na sociedade.

O desdobramento da estratégia contrainsurgente buscou deter o avanço dos processos revolucionários e das lutas populares, com o objetivo de reafirmar a dominação estadunidense sobre suas áreas estratégicas e, ao mesmo tempo, conter a crise econômica, “exportando sus costos a los países dependientes” (MURGA; HERNÁNDEZ, 1980, p. 14).

Nesse sentido, a implementação de um regime de acumulação que respondesse às necessidades do capital em crise convertia-se em objetivo e tema de segurança nacional dos Estados Unidos como centro imperialista. A política externa deveria responder a isso, e a estratégia contrainsurgente para a América Latina e o Caribe era seu foco. Nesse cenário, a Doutrina de Segurança Nacional atribuiu às forças militares de cada país a função essencial de manter a ordem e a estabilidade interna, como condição do suposto progresso e segurança de todas as nações, adquirindo uma importância particular no funcionamento e na direção do Estado. Para Petras (1980), o instrumento foi o golpe de Estado realizado por militares e servidores civis, e acrescentaríamos, regimes que, mantendo a fachada democrática, restringem o exercício político e implementam as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional.

4. Militarização e despossessão na Nossa América

A militarização das sociedades no continente latino-americano durante a segunda metade do século XX respondeu, então, a objetivos claros: a contenção da crise capitalista e o enfrentamento direto às lutas sociais e ao movimento popular em suas mais diversas expressões. A imposição das ditaduras cívico-militares e dos regimes democráticos restritos (por exemplo, como ocorreu na Colômbia e na Venezuela) foi expressão disso.

Para Marini (2025 [1978]), diferentemente dos regimes fascistas, o que ocorria na América Latina e no Caribe poderia ser denominado como Estados de contrainsurgência, os quais se caracterizaram pelo papel central que as forças militares e o capital monopolista passaram a exercer na direcionalidade do Estado. Isso quer dizer que a estratégia contrainsurgente teve incidência sobre a estrutura e o funcionamento dos Estados no capitalismo dependente e, considerada como doutrina, funcionou para o

treinamento das forças armadas, as quais foram formadas sob seus lineamentos ideológicos e assumiram um papel altamente estratégico, tanto na tomada de decisões quanto no enfrentamento da luta de classes.

Nesse sentido, sem haver uma negação do Estado burguês, instaura-se um estado de exceção no qual o terrorismo de Estado é institucionalizado como método para enfrentar a luta de classes, adotando uma forma distinta: trata-se agora de um Estado de contrainsurgência que, através do exercício do poder político nas mãos da burguesia monopolista e das forças militares, pretende exterminar qualquer manifestação de questionamento à ordem estabelecida e aos processos revolucionários na América Latina e no Caribe. O tratamento de guerra dado à luta de classes favorece a conservação da ordem capitalista, com o objetivo de manter a produção e a reprodução da relação social do capital por meio da dominação política de classe e do controle dos territórios.

Dessa maneira, a contrarrevolução latino-americana e caribenha baseou-se em uma estratégia contrainsurgente imposta pelos Estados Unidos, cujos interesses eram defendidos pelas burguesias nacionais dos países dependentes, que se encarregaram de alinhar suas políticas de segurança nacional com a estratégia de Segurança Nacional do país imperialista, a qual ditava a perseguição ao “comunismo internacional” (encarnado em toda manifestação das lutas sociais), definindo assim o “inimigo interno” a ser perseguido e exterminado, bem como a implementação de programas sociais e de assistência econômica que “resolvessem” os problemas sociais que, segundo seus diagnósticos, mantinham as condições propícias para a subversão.

As décadas de 1970 e 1980 foram representativas do esgotamento desses regimes cívico-militares, transitando-se para uma etapa de institucionalização da contrainsurgência, que seria, segundo Ruy Mauro Marini (2025 [1978]), o restabelecimento pleno da democracia burguesa sob a forma de “democracias governáveis”. Tratou-se de manter sob controle o próprio processo democrático e adequar as condições político-econômicas para um novo padrão de reprodução do capital: o neoliberalismo. Para Marini, isso se expressaria em uma “abertura” política que preserva o essencial do Estado de contrainsurgência, ou seja: “a institucionalização da participação direta do grande capital na gestão econômica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas, por meio dos órgãos estatais que foram criados,

em particular o Conselho de Segurança Nacional.” (MARINI, 2025 [1978], p. 385).

Junto ao processo de institucionalização da contrainsurgência, produziu-se também uma mudança na definição do inimigo internacional a ser combatido e, portanto, do inimigo interno que cada país deveria aniquilar. Essa mudança mantinha o essencial: o anticomunismo estadunidense, agora encoberto – ou intensificado – em uma “luta contra o terrorismo” e em defesa da liberdade e da democracia, além de continuar orientada pela Doutrina de Segurança Nacional.

Ao mesmo tempo, o tráfico de drogas – corporação transnacional de drogas ilícitas – consolida-se com maior força como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, que desde a administração de Richard Nixon (1969-1974) já ganhava relevância, pois este foi o primeiro presidente a declarar a “guerra contra as drogas” na década de 1970. Assim, no começo dos anos 1980, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) incorpora a “luta contra o terrorismo” e a “guerra contra as drogas” como mecanismos de continuidade de seus objetivos anticomunistas e de dominação política e econômica sobre o Terceiro Mundo. A ajuda econômica e a assistência técnica e militar continuarão dependendo do comportamento dos governos em seu alinhamento com os objetivos estadunidenses e com a guerra que lideram contra o comunismo, o terrorismo global e as drogas.

Dessa maneira, a concepção do inimigo interno ganha novas dimensões e os Estados Unidos encontram novas justificativas que ajudam a revitalizar sua hegemonia mundial. Isso significará a exacerbação da violência e dos conflitos em cada país latino-americano e caribenho, com o objetivo de contrarrestar a crise do capital e, ao mesmo tempo, desmobilizar e desestruturar a classe trabalhadora, assim como acelerar e facilitar a apropriação de recursos naturais e o controle dos territórios.

Assim, a militarização das sociedades e dos territórios da região foi levada a cabo a partir de uma perspectiva de guerra total e guerra preventiva, que envolve as ações militares contrainsurgentes, mas também a guerra psicológica e cultural, a disputa pelos meios de comunicação e a assistência econômica que busca fazer com que os governos obtenham legitimidade perante a população.

É de acordo com isso que se pode afirmar que a construção do inimigo interno – e suas reatualizações ao longo do tempo – permitiu justificar as ações violentas que impõem um controle social militarizado, cujo propósito tem sido obter o controle dos territórios, dos mares e das fronteiras, dos recursos naturais estratégicos em benefício das multinacionais mineradoras e petrolíferas, o controle sobre a força de trabalho e a mercantilização de tudo o que existe; ao mesmo tempo, perseguem-se e criminalizam-se aqueles que se opõem a tudo isso, a partir das diversas expressões do movimento popular e das lutas sociais que buscam uma alternativa ao modo de produção capitalista.

5. Considerações finais

Os argumentos apresentados permitem compreender a natureza violenta do capital, que envolveu massivas expropriações, a ocupação e o roubo de territórios e riquezas naturais, extermínio, escravidão e fome, métodos agressivos de disciplinamento da força de trabalho, desemprego estrutural, a imposição de dívidas nacionais, entre outros métodos que até hoje se atualizam conforme mudam as necessidades da expansão e da acumulação capitalista. O desenvolvimento desse modo de produção e reprodução ocorreu de maneira desigual, provocando uma estrutura de poder violenta, na qual alguns países tornam possível o crescimento econômico de outros, por meio de relações de dominação política e econômica sobre os territórios, os recursos naturais e a força de trabalho, buscando a subordinação dos povos dos continentes americano, asiático e africano.

Assim, entendendo que o capital é uma relação social que se mantém e se dinamiza por meio da exploração dos trabalhadores e da garantia da separação entre estes e os meios de produção, expusemos, de maneira sintética, o papel do Estado e da violência extraeconômica que nele se condensa para, mediante funções coercitivas e de consenso, conservar as condições de reprodução do modo de produção capitalista e da dominação de classe.

É evidente então que os mecanismos violentos continuam acelerando e facilitando as condições políticas, sociais e econômicas para a preservação do capitalismo. O terrorismo de Estado e a abordagem de guerra total, a partir dos quais se pretende perseguir um inimigo interno que ameaça a estabilidade e a segurança, estão na base das estratégias com as quais o capital imperialista enfrenta sua crise estrutural, por

meio da imposição de guerras que facilitam a ingerência estadunidense e, com isso, o investimento direto do capital estrangeiro e o crescimento econômico. A militarização e o despojo do território latino-americano e caribenho sustentam um modo de produção em crise, cujo centro imperialista recrudesce e intensifica os métodos para preservar sua hegemonia em meio à disputa por seu próprio poderio.

Referências

HOBBSBAWM, Eric J. **Historia del siglo XX**. Buenos Aires: Crítica, 1998.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Em: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/dialetica-da-dependencia-uma-antologia-da-obra-de-ruy-mauro-marini-1nbsped-8532624790.html>. Acesso em: 13 mai. 2026.

MARINI, Ruy Mauro. **O Estado de contrainsurgência** (1978). Em: CASTELO, Rodrigo; CORREA, Fernando (orgs.). Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994). 1, ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. livro 1: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORGENFELD, Leandro Ariel. **Nuestra América frente a la doctrina Monroe: 200 años de disputas**. 1. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

MURGA, Frassinetti; HERNÁNDEZ, **Palacios. Contrarrevolución, lucha de clases y democracia en América Latina**. Cuadernos Políticos, México, n. 25, p. 85-100, jul. /set. 1980.

PETRAS, James. **Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo: Uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.